

Nota dos representantes discentes do Instituto de Ciências Sociais (ICS) contra o plano de retomada das aulas na Universidade de Brasília

Após discutirmos o Plano Geral de Retomada das Atividades na UnB elaborado pelo Comitê de Coordenação das Ações de Recuperação (CCAR), em assembleias estudantis nos nossos cursos, construímos um posicionamento conjunto de todas as representações discentes das graduações e pós-graduações do Instituto de Ciências Sociais (ICS). Escrevemos esta nota com o objetivo de expor os motivos que embasam nossa posição contrária à retomada de forma remota das aulas na universidade.

Em primeiro lugar, é necessário desmistificar a ideia, propagada por alguns setores da sociedade e da própria comunidade acadêmica, de que a retomada das aulas neste momento seria uma necessidade urgente ou até mesmo inevitável, pois a UnB não poderia parar. A verdade é que a UnB nunca esteve parada. Dezenas de projetos de pesquisa, extensão, serviços e atividades, inclusive relacionadas ao combate à pandemia, estão em curso. Além disso, todas as categorias seguem com uma intensa agenda de reuniões e seminários. As aulas e avaliações correspondem a apenas uma parte do que é realizado por estudantes, professoras/es e técnicas/os.

Acreditamos que é nosso papel alertar para a congruência entre a retomada remota e o projeto de desmonte e “austericídio” encabeçado pelo atual governo e transmitido pelo Ministério da Educação. Precisamos nos perguntar: é coerente para nós, que defendemos uma educação de qualidade para todas e todos, acatar a ideia de que seria viável a transposição de nossa educação para o formato *online*, mesmo que em caráter emergencial? Sabemos que há décadas grandes corporações interessadas na abertura deste mercado assediam a educação pública para ampliar e intensificar o processo de mercantilização da educação.

Mesmo havendo diferenças entre as duas modalidades, o ensino remoto pode abrir margem para uma argumentação favorável à Educação à Distância (EaD), uma vez que ambos dispensam o caráter presencial do ensino. O ensino à distância pode ser mais barato e mais lucrativo, às custas de condições de trabalho historicamente mais precárias oferecidas aos técnicos e professores. Um dos sinais dessa investida ocorreu no início de junho quando o Banco do Brasil Investimentos, motivado pelos investimentos em EaD das empresas, comprou ações dos grupos Cogna e Yduqs. Não podemos nos curvar diante desse tipo de pressão, que se dá especialmente sobre os cursos de Ciências Humanas e Sociais, pois sabemos que são as discussões presenciais, os encontros, os espaços de convivência e as atividades de extensão que garantem a excelência da educação superior pública.

A discussão sobre o documento produzido pelo CCAR, além de estar sendo feita de forma completamente açodada, não incluiu, desde a própria composição do referido comitê, a participação estudantil. Essa é uma maneira de blindar de críticas os planos que são colocados em discussão. Consideramos, portanto, que tal fato não se trata de mera falha no cumprimento de princípios democráticos que regem a nossa instituição, mas sobretudo de uma maneira de se fazerem cumprir o quanto antes os objetivos de determinados grupos que hoje compõem ou pressionam a gestão da UnB.

Em termos científicos, não há embasamento concreto que subsidie o atual plano de retomada. Com etapa de coleta de informações finalizada em 26 de junho, a “pesquisa” para mapear a situação socioeconômica, de saúde, de acesso e da familiaridade da comunidade universitária com recursos tecnológicos ainda não havia sido realizada quando o comitê divulgou seu plano em 9 de junho. Desconhecia-se completamente o número de membros da comunidade que não possuem computador, acesso à rede estável, moradia adequada ao estudo ou cuidam de dependentes (lembramos que as creches e escolas estão fechadas). Mais do que isso, é também preciso levar em consideração fatores subjetivos como a atual condição psicológica da comunidade acadêmica, algo que não se mede apenas por perguntas de múltipla escolha e que deveria ser prioridade em uma instituição que, em situações “normais”, já enfrenta trancamentos e abandono dos cursos por motivos de saúde mental, isso sem mencionar casos mais graves que terminam em suicídio.

Ainda analisando as fragilidades do documento do CCAR: como seria possível prever que existirá orçamento para pacotes de dados suficientes para dar conta de todos aqueles sem ou com pouco acesso à internet, ou que haverá doações de equipamentos suficientes? Não é demasiado perguntar: quais interesses estão por trás destas doações de empresas e entidades privadas? Quais seriam as contrapartidas? Também é importante salientar que para certas atividades, como pesquisas com bases de dados complexas, os estudantes necessitam de computadores sofisticados. Como garantir que os equipamentos doados de forma espontânea serão adequados?

Como se todas essas limitações não bastassem, o questionário aplicado entre os dias 9 e 26 de junho obteve 22.608 mil respostas de um universo de cerca de 50 mil estudantes. Entendemos que esta pesquisa já nasce enviesada, pois, além de não ter alcançado mais da metade do corpo estudantil, foi respondida, com exceção de 99 respostas, pela internet. Por fim, o questionário revelou-se *pro forma*, pouco importando, de fato, os resultados obtidos, visto que a resolução que dispõe sobre a retomada e seus termos já foi previamente elaborada e já será discutida na próxima reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

Como a decisão acerca da retomada se dará no âmbito do conselho supracitado, os colegiados não terão autonomia de decidir se oferecerão ou não disciplinas, comprometendo a liberdade de cátedra dos professores, os quais não poderão se recusar a aderir às aulas remotas. Isso prejudica principalmente os docentes que não estão tão familiarizados com o uso de tecnologias digitais e, de maneira especial, os nossos colaboradores mais velhos, que se verão pressionados a se afastarem da universidade.

Existem, ainda, questões práticas que se impõem especificamente às Ciências Sociais, como a falta de possibilidade de campo de pesquisa, de acesso à biblioteca, arquivos e acervos. Essas limitações impossibilitam a realização de grande parte do quadro curricular do nosso instituto - fato que se verificou durante a breve experiência que tivemos no início da pandemia. No nosso entendimento, uma volta às aulas nessas condições trata-se de uma volta fictícia. Valeria a pena sacrificar a plenitude do ensino, da pesquisa e da extensão para forjar uma continuidade “normal” do semestre dentro dos parâmetros impostos como “o novo normal”?

A Universidade de Brasília e sua comunidade possuem uma história marcada não apenas pela excelência, mas também pelo pioneirismo na preocupação com a inclusão social de estudantes dos mais diversos grupos sociais. O retorno remoto, se concretizado, representa uma forma de atropelo das contribuições históricas que a instituição construiu, além de um desperdício da oportunidade de, mais uma vez, a UnB imprimir sua marca em nosso tempo como uma instituição que zelou pela universalidade da educação durante um dos capítulos mais trágicos de nossa história. Antes de pensar em uma retomada do calendário, devemos analisar o sucateamento do Ministério da Educação, que se encontra destituído de liderança e sem capacidade para estabelecer um calendário que possa ser adotado por todas as universidades federais conjuntamente.

Nestas circunstâncias, somos colocados em uma corrida imaginária do “salve-se quem puder”, rumo a uma dita adaptação tecnológica que, no fundo, apenas significa **precarização de ensino, fragilização de pesquisas, adoecimento e exclusão em massa**, especialmente de grupos mais vulnerabilizados de nossa comunidade acadêmica. Um retorno remoto nos parece apenas uma necessidade formal de se equiparar às universidades que retomaram as atividades, ignorando os impactos negativos, que inclusive já se verificam em outros estados, sobretudo em termos de intensificação das desigualdades previamente existentes. Este tipo de medida intempestiva não é e nem pode ser visto como “inevitável”.

Se a justificativa para buscar um retorno o quanto antes é a preocupação com o impacto futuro da suspensão das aulas, igualmente nos parece premente que pensemos no impacto futuro da realização de aulas remotas. Devemos, portanto, pensar em alternativas às aulas enquanto durar a pandemia. Nada nos impede de pensar em formas de ampliar a assistência estudantil e o acesso de mais estudantes a **atividades complementares**. É isso que devemos fazer, e não nos igualarmos aos governantes que tentam “retomar” as atividades econômicas ao mesmo tempo que enterramos indignamente milhares de pessoas por dia.

Aprovada em 30 de junho de 2020

Assinam:

Centro Acadêmico de Sociologia - CASO

Centro Acadêmico de Antropologia - ANTRO

RD da Pós-graduação em Ciências Sociais - Estudos Comparados sobre as Américas

RD da Pós-graduação em Sociologia

RD da Pós-graduação em Antropologia